

A PRODUÇÃO DE SOJA NO CERRADO AMAPAENSE

Lucas Abimael Amaral **OLIVEIRA**

Graduando do Curso de Ciências Ambientais – UNIFAP

E-mail: lucas.abimael95@gmail.com

Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes **CHELALA**

Professora do Curso de Ciências Ambientais – UNIFAP

E-mail: cfchelala@gmail.com

Resumo: A partir do início desta década, o Amapá foi inserido na fronteira de expansão da soja, que veio do Centro-Oeste, e já abrange importantes Estados da região Norte. Em apenas seis anos, a agricultura empresarial, até então inexpressiva no Estado, passou a ocupar a agenda das questões econômicas, sociais e ambientais de grande interesse dos atores locais. Este artigo analisa o processo de ocupação das áreas do cerrado amapaense, destacando as vantagens, bem como os obstáculos característicos do desenvolvimento de uma atividade econômica, em uma região de fronteira. Observa-se que, apesar dos problemas advindos de questões fundiárias e ambientais, que momentaneamente representam entraves à atividade, o movimento de fortalecimento e expansão da produção de soja é inequívoco, em razão do conjunto de fatores locacionais que viabilizam fortemente o negócio, com potencial de modificar decisivamente a incipiente matriz econômica do Estado.

Palavras-chaves: Agricultura empresarial. Soja. Amapá

Abstract: From the beginning of this decade, Amapá was inserted in the border of expansion of the soybean, which came from the Center-West, and already covers important States of the North region. In just six years, business agriculture, which until then was inexpressive in the State, came to occupy the agenda of economic, social and environmental issues of great interest to local actors. This article analyzes the occupation process of the cerrado areas, highlighting the advantages, as well as the obstacles characteristic of the development of an economic activity, in a frontier region. It is observed that, despite the

problems arising from land and environmental issues, which momentarily represent obstacles to the activity, the movement to strengthen and expand soy production is unequivocal, due to the set of locational factors that make the business feasible, with potential decisively modify the incipient economic matrix of the State.

Keywords: Business agriculture. Soybean. Amapá

Resumen: A partir del inicio de esta década, el Amapá fue insertado en la frontera de expansión de la soja, que vino del Centro-Oeste, y ya abarca importantes Estados de la región Norte. En apenas seis años, la agricultura empresarial, hasta entonces inexpresiva en el Estado, pasó a ocupar la agenda de las cuestiones económicas, sociales y ambientales de gran interés de los actores locales. Este artículo analiza el proceso de ocupación de las áreas del cerrado amapaense, destacando las ventajas, así como los obstáculos característicos del desarrollo de una actividad económica, en una región de frontera. Se observa que, a pesar de los problemas surgidos de cuestiones agrarias y ambientales, que momentáneamente representan obstáculos a la actividad, el movimiento de fortalecimiento y expansión de la producción de soja es inequívoco, en razón del conjunto de factores locacionales que viabilizan fuertemente el negocio, con potencial de modificar decisivamente la incipiente matriz económica del Estado.

Palabras clave: Agricultura empresarial. Soja. Amapá

INTRODUÇÃO

Entre meados dos anos 1960 e o final da década de 1980, a agricultura brasileira passou por um intenso processo de mudanças tecnológicas, espaciais e de gestão, crescendo a taxas expressivas. Naquela etapa, o fator produtividade da terra e do trabalho passaram a compor a dinâmica do crescimento do setor (CONCEIÇÃO e CONCEIÇÃO, 2014).

Este crescimento provocou a expansão da fronteira agrícola brasileira. Em uma primeira etapa para a região Centro-Oeste com a ocupação de grandes extensões de terras nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Conceição e Conceição (2014) enfatizam que esse processo se tornou possível, devido a uma estratégia de modernização do setor agrícola brasileiro. O expoente dessa estratégia foi à expansão do crédito rural, destinado para aquisição de insumos modernos, juntamente com

um processo intenso de substituição de importações, tanto na questão técnica, mecânica quanto na área química dos insumos agrícolas.

A partir da década de 1990, a fronteira agrícola se expandiu para a região Norte, com destaque para os estados de Rondônia e Pará, intensificando-se nos anos seguintes em razão da nova rota de escoamento da produção pelos portos da região. A expansão da fronteira agrícola para o Nordeste se deu a partir do início deste século.

O Estado do Amapá foi inserido como área de expansão da fronteira agrícola brasileira no início da década. Esta etapa é recente, e por isso este trabalho tem por objetivo analisar o processo de ocupação das áreas do cerrado amapaense, pela agricultura empresarial.

Buscou-se realizar um levantamento bibliográfico, sintetizando também com os dados oficiais publicados, bem como entrevistas com atores-chave integrantes das instituições públicas e privadas vinculadas ao setor agrícola, além dos produtores rurais e os representantes das entidades patronais.

Este artigo divide-se em quatro seções além da introdução: O Agronegócio Brasileiro e a Economia do Complexo Soja; Potencialidades Para o Desenvolvimento do Agronegócio no Estado do Amapá; Resultados e Discussões e Considerações Finais.

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A ECONOMIA DO COMPLEXO SOJA

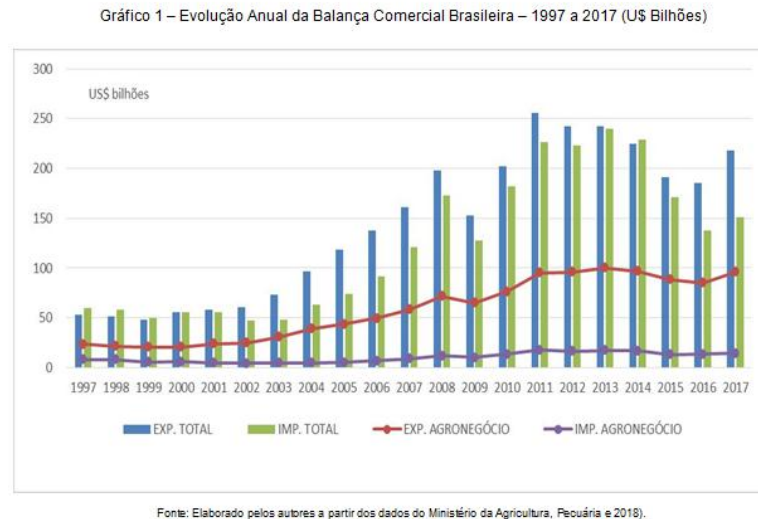
A agricultura e o agronegócio no Brasil foram responsáveis por 23,5% das riquezas geradas no ano passado, de acordo com dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O agronegócio brasileiro é importante não só por pelo aumento da arrecadação de receitas do setor público, mas também por contribuir significativamente com o processo de desenvolvimento regional.

O setor do agronegócio representou US\$ 96 bilhões da pauta exportadora, o que significa 44,1%, com um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior. Já as importações de produtos agropecuários alcançaram 14,15 bilhões em 2017, representando um acréscimo de 3,9% em relação ao ano anterior (FIESP, 2017).

Jank *et al* (2005) destacam a importância do agronegócio brasileiro e argumentam que o agronegócio é uma das mais importantes fontes geradoras de riquezas do Brasil, colocando o país entre os mais competitivos do mundo na produção de *commodities* agroindustriais, com grande potencial de expansão horizontal e vertical de oferta, consequência de um conjunto de

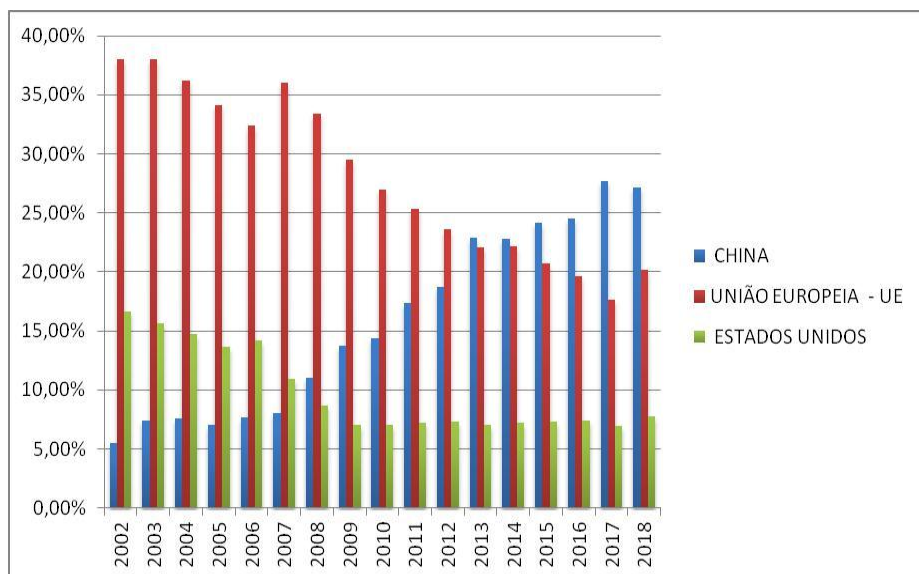
fatores, entre eles principalmente os investimentos em tecnologia e pesquisa, que induziram a um aumento expressivo na produtividade.

No Gráfico 1, a seguir, verifica-se a evolução da balança comercial do agronegócio brasileiro no período analisado, em sobreposição à balança comercial brasileira total. Observa-se o crescimento do setor agrícola manteve consistente durante a série de anos analisados.



Atualmente, os principais mercados do agronegócio brasileiro, isto é, os agentes com maiores participações no setor são a China, União Europeia e Estados Unidos (MAPA, 2018), conforme Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2. Participação dos Principais Mercados do Agronegócio Brasileiro



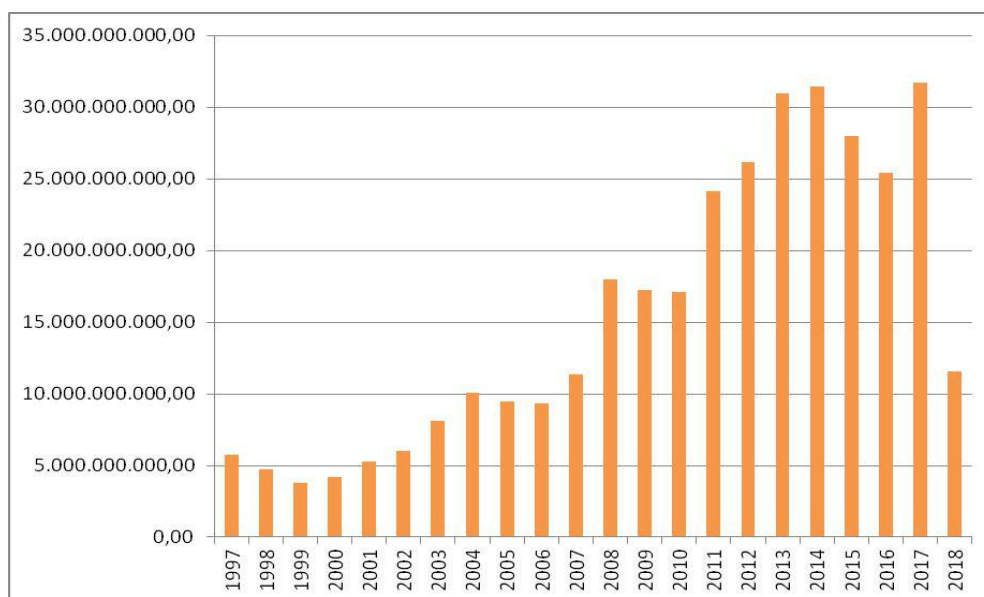
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do MAPA, 2018.

A inserção dos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional foi um dos fatores determinantes para que o país se configurasse como um dos maiores produtores agrícolas do mundo. O produto agropecuário que mais contribuiu na pauta das exportações brasileiras foi a soja em grão. China, União Europeia e Estados Unidos são respectivamente os países líderes no destino das vendas do Brasil (FIESP, 2017).

O complexo soja, composto pelo grão, farelo e óleo, ocupou a primeira posição, somando US\$ 31,7 bilhões, tornando-se o produto responsável pelo aumento na concentração da pauta exportadora no setor, com participação de 33%. A venda de grãos soma US\$ 25,7 bilhões, e em quantidade 68,1 milhões de toneladas. Já a venda do farelo totalizou US\$ 4,97 bilhões, registrando uma queda em -4,2%. O óleo de soja US\$ 1,0 bilhão, com crescimento nas exportações de 14,8% (FIESP, 2017).

Para ilustrar, tem-se o Gráfico 3, onde se analisa o crescimento das exportações do complexo soja do Brasil, é resultado do crescimento das áreas plantadas e da produtividade.

Gráfico 3 – Exportações do Complexo Soja (US\$ Bilhões)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do MAPA, 2018.

Segundo Silva *et al* (2011), os principais resultados do agronegócio brasileiro, especificamente do complexo soja, e sua crescente participação na economia nacional e no mercado externo é resultado da produtividade e da expansão da área plantada de soja. O desenvolvimento de tecnologias contribuiu efetivamente para que o país elevasse sua produção. Crescimento percebido não somente nas regiões tradicionais (Sul e Centro-Oeste), mas principalmente nas regiões de expansão da agricultura, o Norte e o Nordeste.

POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO AMAPÁ

O cerrado amapaense começa a prevalecer no município de Macapá, avançando em uma faixa que varia de 50 a 150 km de largura até aproximadamente o município de Calçoene, percorrendo cerca de 374 km de extensão, destes, aproximadamente 300 são asfaltados. Neste trajeto, abrange ainda os municípios de Santana, Porto Grande, Itauba e Tartarugalzinho (Castro e Alves, 2013).

Nessas áreas predomina no solo o tipo latossolo amarelo, distrófico, com textura média entre 20 a 30% argiloso, com baixa fertilidade natural, apresentando baixos teores de matéria orgânica, com alta saturação de alumínio e elevada acidez (MELÉM JÚNIOR *et al*, 2003).

A savana é marcada por uma estação chuvosa, que vai de dezembro a julho, e uma época de estiagem, que vai de agosto a novembro, com precipitação anual de 2700 mm, e temperatura média entre 26 a 28°C (MELÉM JÚNIOR *et al*, 2003).

Sob essas condições, segundo Alves (2014), para o desenvolvimento do agronegócio, considerando que o Estado elabore uma política de governo que ordene a regulamentação e ocupação fundiária, tem-se uma projeção de áreas plantadas com agricultura de grãos para 2020, 2025 e 2030, respectivamente 30.000, 50.000 e 120.000 mil hectares.

Além disso, será implantado no Estado um terminal graneleiro e uma indústria de beneficiamento de grãos pela empresa Cianport, que opera em parceria com as empresas produtoras de grande porte, Agrosoja e Fiagril, as quais atuam no Estado de Mato Grosso, e optaram pelo Amapá para o escoamento da sua produção, em virtude dos altos custos das rotas de transbordo do Sul e Sudeste.

Sob essa ótica, o transbordo feito pelo rio Amazonas proporciona uma redução de custos de 30% no frete pelos produtores do Mato Grosso (CHELALA e CHELALA, 2016).

No transbordo realizado de Sorriso/MT, via BR-163 (Cuiabá – Santarém), em fase final de pavimentação, para Miritituba, no município de Itaituba/PA, economiza-se de 850 a 1000 km de rota terrestre. Do porto de Miritituba os grãos seguem em comboios de barcas por 820 km de rota fluvial até o porto de Santana/AP. É neste porto que está implantado o conjunto de silos, de onde será feito o transbordo para os navios graneleiros, e, no outro lado do porto, na ilha de Santana, será implantado o projeto da indústria esmagadora de grãos. Assim, se ganha dupla competitividade, não somente pela economia da rota terrestre, mas também pela proximidade aos principais portos internacionais (ALVES, 2014; CHELALA e CHELALA, 2016).

Em virtude disso, ressalta-se que o conjunto de fatores em favor do agronegócio também incorpora obstáculos importantes que são característicos de uma nova atividade em uma região de fronteira, e sem tradição agrícola.

As estruturas institucionais ainda estão em uma etapa embrionária de conhecimento e estabelecimento das normas da relação do poder público com a monocultura de grãos, o que não acontece, por exemplo, em regiões onde a atividade já se encontra consolidada e amadurecida.

Tal situação é percebida pela dificuldade em regularizar a propriedade rural, em razão de imbróglis históricos, que surgiram desde antes do desmembramento das terras do Amapá, em 1943, do Estado do Pará, e que impossibilitam que o processo fundiário transcorra dentro da normalidade desejada.

Outro ponto de destaque é a questão ambiental, por duas razões básicas: um ambiente contrário à agricultura empresarial que existe no Amapá, onde se defende que a utilização das áreas de cerrado representa uma ameaça para a preservação das florestas. Ou ainda, que o bioma cerrado também deveria ser totalmente protegido à despeito do que se faz com as florestas.

No ano passado, os produtores rurais do Estado se depararam com um problema de natureza ambiental, de expressiva magnitude, relacionado ao processo de licenciamento ambiental. Isto porque em 2012, o Estado promoveu uma alteração em sua legislação por meio da Lei Complementar nº 70 de 01.01.2012, instituindo a Licença Ambiental Única - LAU, exclusivamente para as atividades e empreendimentos do agronegócio tais como: agricultura, pecuária, avicultura, suinocultura, aquicultura, extrativismo e atividades agroindustriais (CHELALA e CHELALA, 2018).

Com isso o processo de licenciamento ambiental para o plantio de grãos obedecia esta nova lei, que por um lapso do legislador deixou de mencionar a necessidade de autorização de supressão vegetal. Desta forma, as licenças foram expedidas e a soja foi plantada com base na observância da LAU. Isto ocorreu até que o IBAMA detectasse o erro. A partir daí parte das propriedades foram autuadas e, em seguida, embargadas. A soja da safra de 2017 só pode ser colhida e escoada amparada por uma liminar da justiça.

Entretanto, apesar dessas dificuldades iniciais, as perspectivas são de expansão das atividades, que cada vez mais passarão a representar uma parte significativa da composição do PIB amapaense.

Outro fator relevante é o encadeamento das atividades produtivas a montante e a jusante da cadeia produtiva de grãos, favorecendo os segmentos ligados ao plantio e ao

beneficiamento de grãos, podendo viabilizar outros segmentos do setor agropecuário, como piscicultura, avicultura e suinocultura, tornando-se lucrativas em virtude do barateamento do preço das rações, subproduto da produção de grãos (CHELALA; CHELALA, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de ocupação do bioma cerrado pela produção de soja no Amapá, de acordo com Chelala e Chelala (2016) é um processo inequívoco, pois faz parte de um movimento que é observado na maioria dos Estados da região Norte.

Esse processo de crescimento da produção e expansão das áreas agricultáveis do bioma cerrado é explicado, de acordo com Chelala e Chelala (2017) devido a três fatores que se configuram como atrativos para o investimento da agricultura empresarial no Amapá:

- Disponibilidade de terras do bioma cerrado a preços competitivos;
- Proximidade do Estado com o porto de exportação, com uma infraestrutura de escoamento minimamente adequada;
- Implantação da nova rota logística de exportação de grãos do norte de Mato Grosso pelo porto de Santana, no Amapá.

A disponibilidade de terras no cerrado amapaense contribuiu de forma intensa para o processo de ocupação pela agricultura empresarial no Estado. Em um estudo feito por Chelala e Chelala (2017), observa-se que as terras do cerrado amapaense custam cerca de R\$ 2.500,00 o hectare, representando menos da metade dos preços encontrados na região do MATOPIBA (acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e nas regiões de maior tradição agrícola.

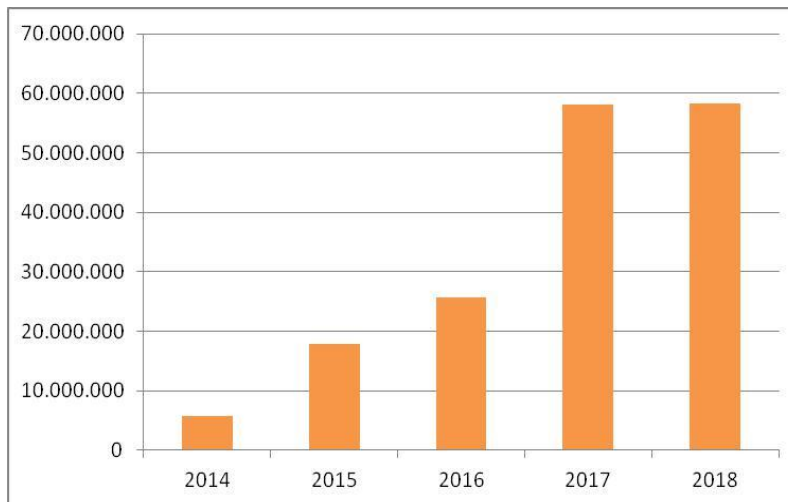
Além das terras baratas, outro fator determinante que atrai os investidores é a proximidade da região produtora com o porto de escoamento, reduzindo-se consideravelmente os custos de logística.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Amapá – APROSOJA/AP, realizou um estudo sobre o diferencial de competitividade de frete da produção de grãos do Amapá, constatando que o preço médio pago por saca de soja, comparado aos custos de frete, o produtor do Amapá tem possibilidade de ganhos monetários de 12% superior em relação ao Paraná, e de 31% com o de Mato Grosso (APROSOJA, 2016).

O porto de Santana, localizado no município de mesmo nome, possibilita para os produtores do Centro-Oeste uma nova rota logística para o escoamento da produção.

As primeiras experiências de cultivo de soja no Amapá foram em 2004, com 100 hectares (CHELALA; CHELALA, 2017). O Gráfico 4, a seguir, mostra o crescimento da produção de soja entre 2014 a 2017.

Gráfico 4 - Produção de Soja (kg) no Estado do Amapá

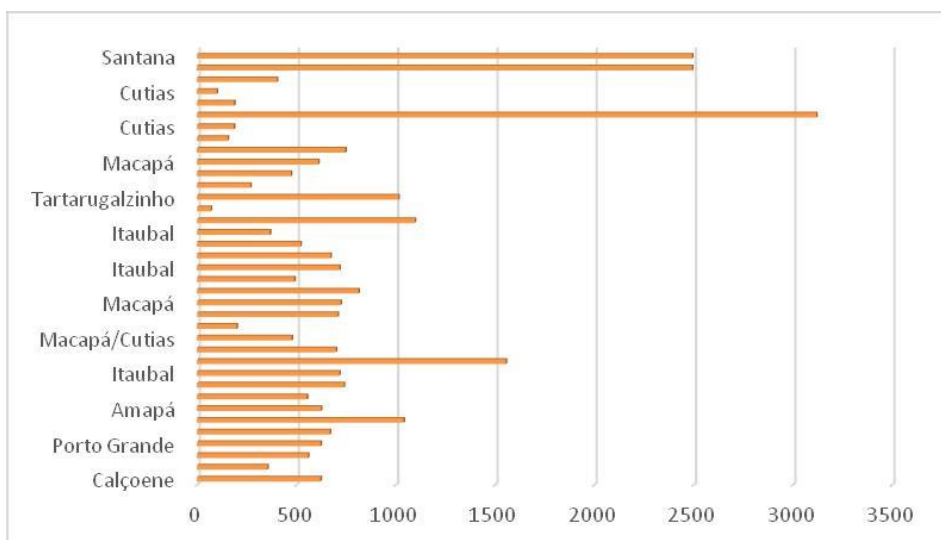


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do MAPA e IBGE 2018.

Percebe-se que a produção de soja no Estado do Amapá começa a ter expressão a partir de 2014, ultrapassando 5 milhões de reais; 2015, com 17 milhões de reais; 2016, 25 milhões de reais; 2017 com 58 milhões de reais, e 2018, com 59 milhões de reais devido o ano ainda não ter fechado na balança comercial.

De acordo com os dados do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá – IMAP, a produção de grãos no Amapá ocorre em oito (8) municípios, conforme Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Municípios produtores de soja e outros grãos no Amapá



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IMAP.

Apesar da constatada utilização de pequenas extensões de terras, o plantio de soja já possui uma distribuição espacial por vários municípios do Estado, o que começa a representar uma relativa transformação na economia de cada um deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A soja já representa o terceiro item na incipiente balança comercial do Amapá, com tendência de crescimento para os próximos anos, principalmente quando superados os obstáculos iniciais, como a questão da regularização fundiária no Estado. Esta situação ainda representa um sério entrave para a expansão da produção em razão da insegurança jurídica e da dificuldade para acessar crédito ou financiamento.

Além disso, questões relativas aos procedimentos ambientais previstos em lei deverão ser pacificados entre os órgãos públicos, em todas as suas esferas.

A análise que se faz do processo de expansão da soja no Amapá, à guisa de considerações finais é que, em que pese o pouco tempo de implantação da atividade, reúne fatores locais que dão viabilidade ao negócio.

Neste passo, o que se projeta é a consolidação da agricultura empresarial e a constituição de um Arranjo Produtivo Local de grãos, impulsionado pela Zona Franca Verde de Macapá e Santana, a partir da instalação de fábricas de ração, com projetos já aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA. O Arranjo Produtivo Local de grãos no Amapá tem o potencial de fortalecer diversas cadeias produtivas, como a piscicultura, a avicultura e suinocultura, já assinaladas neste artigo.

Assim, a conjunção desses fatores, tenderá, em breve, a modificar a matriz econômica do Estado, fortemente dependente do setor público, a partir da importância cada vez maior, que a produção de grãos passará a representar para a economia estadual.

Trabalho enviado em março de 2019
Trabalho aceito em agosto de 2019

REFERÊNCIAS

APROSOJA – AP. Associação dos Produtores de Soja do Amapá. Estado do Amapá: **Potencial Agrícola**. Apresentação de Slides realizada em 20 de julho de 2016 em Maringá-SC. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Estatística do Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (AGROSTAT)**. Disponível em <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>> Acesso em: 22. 05. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Estatística do Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (AGROSTAT)**. Disponível em:<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/estatisticas-de-comercio-exterior>> Acesso em: 23/05/2018.

CASTRO, G.S.A; ALVES, L.W.R. **Cerrado Amapaense: Estado da Arte da Produção de Grãos**. Macapá-AP: Embrapa Amapá, 2013.

CHELALA, Cláudia.; CHELALA, Charles. **Amapá, Uma Nova Fronteira Do Agronegócio De Grãos**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió/AL. Anais... Maceió/AL: SOBER, 2016.

CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles. **Políticas Públicas E Agricultura No Estado Do Amapá**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., Santa Maria/RS. Anais... Maceió/AL: SOBER, 2017.

CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles. **O arcabouço institucional frente às transformações recentes na agricultura do Estado do Amapá**. 56^o Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campinas – São Paulo, 2018.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; CONCEIÇÃO, P. H. Z. **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Brasília: Ipea, 2014. p. 1-29. (Texto para Discussão, n. 1944).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA. Boletim n.^o 13 Núcleo Econômico/Superintendência Técnica, 2017. Disponível em www.cnabrazil.org.br – acesso em 10.07.2018

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. **Balança Comercial do Agronegócio, 2017**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/balanca-comercial/> Acesso em: 23/05/2018.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M.; TACHINARDI, M. H. **Agronegócio e comércio exterior brasileiro**. Revista USP, São Paulo, n. 64, p. 14-27, dez./fev. 2005.

MELÉM JÚNIOR, N.J.; FARIAS NETO, J.T.; YOKOMIZO, G.K. **Caracterização dos cerrados do Amapá**. Macapá: Embrapa Amapá, 2003. Embrapa Amapá. Comunicado Técnico, 105). 5p.

SILVA, Ariana Cericatto da et al. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2011, Florianópolis. Anais... Criciúma: APEC, 2011. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net>. acesso em 15 abr. 2018.